

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CEREJEIRAS

GABINETE DO PREFEITO

AVISO DE CLASSIFICAÇÃO

Após análise das propostas, classificamos a mesma, com o fundamento legal no Artigo 24, inciso II da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações e em conformidade com o Artigo 1º da Lei nº 9.648 de 27 de maio de 1998.

Objeto: Aquisição de Alimentação, material de higienização e produtos de limpeza, conforme Plano de Trabalho.

DISPENSA Nº 001/2023
PROCESSO Nº 002/2023

Empresa Vencedora:
SUPERMERCADO SANTIAGO EIRELI EPP
CNPJ: 23.467.831/0001-73.
Lote único com o valor de **R\$ 20.000,00** (Vinte Mil Reais).

TOTAL GERAL **R\$ 20.000,00** (Vinte Mil Reais).

Art. 24 É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do

limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

Observação: Ressaltamos que as cotações mercadológicas de preços foram realizadas pela Associação Escola Família Agrícola Cone Sul - AEFACS, sendo a mesma responsável pela escolha da modalidade, bem como à classificação do fornecedor.

Cerejeiras, 15 de dezembro de 2024.

Declaramos para fins legais, que a(s) empresa(s) acima deverá apresentar certidões de Fazenda Federal, Estado e Municipal para recebimento de pagamento.

VARDELEY DE PAULA DE SOUZA
Presidente - AEFACS

Protocolo 11785

AVISO DE CLASSIFICAÇÃO

A AEFACS

Após análise das propostas, classificamos os itens de menor preço para as firmas abaixo, com o fundamento legal no Artigo 75, inciso II da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

Objeto: Aquisição de material de construção para reparos do prédio

EXPEDIENTE

PRESIDÊNCIA

Presidente – Prefeito Arismar Araujo Lima
Pimenta Bueno/RO

Vice-Presidente – Prefeito Jurandir de Oliveira
Santa Luzia do Oeste/RO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1º Membro - Prefeito Giovan Damo
Alta Floresta do Oeste/RO

2º Membro – Prefeito Izael Dias Moreira
Cabixi/RO

3º Membro – Prefeito Vagner Miranda da Silva
Costa Marques/RO

GESTÃO TÉCNICA

Diretor Executivo - Willian Luiz Pereira

CONSELHO FISCAL

1º Titular - Prefeito José Ribamar
Colorado do Oeste/RO

2º Titular – Prefeito Eduardo Bertoletti
Primavera de Rondônia/RO

3º Titular – Prefeito Isaú Fonseca
Ji-Paraná/RO

Suplente – Preita Lizete Marth
Cerejeiras/RO

Suplente – Prefeito Cleiton Cheregatto
Novo Horizonte do Oeste/RO

Suplente – Prefeito João Gonçalves Junior
Jaru/RO

bem como com estudantes dos diferentes níveis de formação profissional na saúde;

- VI - participar do processo de avaliação dos residentes;
- VII - participar da avaliação do projeto pedagógico do programa, contribuindo para o seu aprimoramento;
- VIII - orientar e avaliar dos trabalhos de conclusão do programa de residência, conforme as regras estabelecidas no Regimento Interno da COREMU.

§ 1º O Tutor desenvolverá suas atribuições relacionadas aos aspectos de ensino aprendizagem conforme cronograma estabelecido pela coordenação.

§ 2º O recebimento da bolsa de tutoria ficará condicionado à designação do tutor por ato da Secretaria Municipal de Saúde, não estará condicionada ao número limite de profissionais residentes.

§ 3º O Tutor deverá desempenhar suas atribuições utilizando metodologias pedagógicas ativas, centradas nos profissionais residentes, visando prepará-los para a auto educação permanente, na forma das resoluções da Câmara de Educação Superior/Conselho Nacional de Educação, do Ministério Da Educação que, instituem diretrizes curriculares nacionais dos cursos de graduação na área de saúde, sendo permitida a atuação autônoma do profissional residente e do preceptor e, a tutoria em mais de uma unidade de saúde ao mesmo tempo.

- Art. 13. Ao coordenador do programa compete:
- I - fazer cumprir as deliberações da COREMU;
 - II - garantir a implementação do programa;
 - III - coordenar o processo de auto avaliação do programa;
 - IV - coordenar o processo de análise, atualização e aprovação das alterações do projeto pedagógico junto a COREMU;

V - constituir e promover a qualificação do corpo de docentes, tutores e preceptores, submetendo-os à aprovação pela COREMU;

VI - mediar as negociações interinstitucionais para viabilização de ações conjuntas de gestão, ensino, educação, pesquisa e extensão;

VII - promover a articulação do programa com outros programas de residência em saúde da instituição, incluindo a médica e, com os cursos de graduação e pós- graduação;

VIII - fomentar a participação dos residentes, tutores e preceptores no desenvolvimento de ações e de projetos interinstitucionais em toda a extensão da rede de atenção e gestão do SUS;

IX - promover a articulação com as políticas nacionais de educação e da saúde e com a política de educação permanente em saúde do seu estado por meio da Comissão de Integração Ensino Serviço - CIES;

X - responsabilizar-se pela documentação do programa e atualização de dados junto às instâncias institucionais locais de desenvolvimento do programa e à CNRMS.

§ 1º O Coordenador desenvolverá suas atribuições relacionadas aos aspectos de ensino aprendizagem no próprio ambiente de trabalho, sem diminuição de produtividade preestabelecidas.

§ 2º O recebimento da bolsa de coordenação ficará condicionado à designação do Coordenador por ato da Secretaria Municipal de Saúde e, não estará condicionada ao número limite de profissionais residentes, preceptores ou tutores.

§ 3º A função da coordenação do Programa de Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde deverá ser exercida por profissional com titulação mínima de mestre e com experiência profissional de, no mínimo, 03 (três) anos nas áreas de formação, atenção ou gestão em saúde e no caso de médicos com devido registro de qualificação de especialista (RQE) equivalente ao Programa de Residência coordenado.

Art. 14. São requisitos mínimos para a concessão de bolsas aos Profissionais Residentes no Serviço Único de Saúde - SUS no Município de Pimenta Bueno:

- I - estar vinculado ao Programa de Residência implantado na forma do artigo 3º desta Lei;
 - II - cumprir carga horária semanal de 60 (sessenta) horas, sendo 80% (oitenta por cento) em atividades de treinamento em serviço e, 20% (vinte por cento) em atividades teóricas de ensino na modalidade de metodologias ativas de ensino aprendizagem, incluídas atividades de autoaprendizagem.
- Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pimenta Bueno - RO, 06 de fevereiro de 2024.
ARISMAR ARAÚJO DE LIMA
Prefeito

Protocolo 11813

LEI MUNICIPAL Nº 3.354, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2024.

ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 2.844 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO-RO, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei,
FAZ SABER que a CÂMARA DO MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO - RO, aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Altera o padrão 4, da Tabela II, do Anexo I, da Lei Municipal nº 2.844, de 23 de dezembro de 2021, que passa a vigorar conforme padrão anexo desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pimenta Bueno - RO, 06 de fevereiro de 2024.
ARISMAR ARAÚJO DE LIMA
Prefeito

ANEXO I
ADMINISTRAÇÃO GERAL
TABELA II
QUADRO DE CARGOS

Padrão 4		Quantidade	Jornada de Trabalho
AGENTE ADMINISTRATIVO	NÍVEL MÉDIO	137	40 horas semanais
AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL	NÍVEL MÉDIO	15	40 horas semanais
AGENTE DE INSPEÇÃO SANITÁRIA	NÍVEL MÉDIO	5	40 horas semanais
AGENTE MUNICIPAL DE TRÂNSITO	NÍVEL MÉDIO E CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO CATEGORIA A/C	5	40 horas semanais
ALMOXARIFE	NÍVEL MÉDIO	3	40 horas semanais
AUXILIAR DE CRECHE	NÍVEL MÉDIO (SEXO FEMININO)	93	40 horas semanais
CUIDADOR SOCIAL	NÍVEL MÉDIO (SEXO FEMININO)	8	40 horas semanais
CUIDADOR DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS	NÍVEL MÉDIO (SEXO FEMININO)	27	40 horas semanais
EDUCADOR SOCIAL	NÍVEL MÉDIO	10	40 horas semanais
FISCAL DE OBRAS E POSTURA	NÍVEL MÉDIO E CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO CATEGORIA AB	10	40 horas semanais
INSPETOR DE ALUNOS	NÍVEL MÉDIO	15	40 horas semanais

Protocolo 11814

PORTARIA MUNICIPAL Nº 092/2024 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO-RO, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei, e
Considerando o Ofício nº 47/GAB/SEMSAU/2024 (ID 1016226)
Considerando a autorização do Chefe do Poder Executivo (ID 1016295),

- RESOLVE:
- Art. 1º Exonerar JOÃO PAULO DO NASCIMENTO CUSTÓDIO, matrícula 704200, do cargo de Assessor Técnico II em substituição, da Secretaria Municipal de Saúde - SEMSAU.
- Art. 2º Exonerar ROSÂNGELA SIQUEIRA DA SILVA, matrícula 100066, do cargo de Assessor Técnico II, da Secretaria Municipal de Saúde - SEMSAU.
- Art. 3º Exonerar KATILCIA MARQUES DA CONCEIÇÃO





Município de Pimenta Bueno



04.092.680/0001-71

Av. Castelo Branco, 1046 - Pioneiros

www.pimentabueno.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Lei Ordinária	3354	07/02/2024

ID:	1019036	Processo	Documento
CRC:	D39ADD70		
Processo:	55-3803/2024		
Usuário:	MARCOS ROGERIO DE OLIVEIRA		
Criação:	07/02/2024 11:11:47	Finalização:	07/02/2024 11:15:11

MD5: **73BEF391170E3D8E5A3E94CFB1000425**

SHA256: **7863B1E60A53DFEB3A197E794B54C7CFCE4149543D030A4738389A990122B45D**

Súmula/Objeto:

ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 2.844 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021.

INTERESSADOS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO	Pimenta Bueno	RO	07/02/2024 11:11:47
--	---------------	----	---------------------

ASSUNTOS

PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E REMUNERAÇÃO - PCCR	07/02/2024 11:11:47
---	---------------------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.pimentabueno.ro.gov.br informando o ID 1019036 e o CRC D39ADD70.